

# **PNE (2014-2024) META 18: PRODUÇÃO ACADÊMICA (2014-2021) SOBRE PLANOS SUBNACIONAIS**

**Marluce Silva Valente**

UNESP - FCT

marluce.valente@unesp.br

**Silvio Cesar Nunes Militão**

UNESP

silvio.militao@unesp.br

## **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um recorte de um projeto de pesquisa de mestrado em Educação, no qual se integra um levantamento bibliográfico de produções científicas procedentes de teses e dissertações do portal da CAPES e artigos veiculados em periódicos do SciELO, envolvendo a temática dos planos subnacionais articulados a política do PNE (2014-2024) como referência à meta 18. Trata-se, assim, de um estudo de abordagem quali-quantitativa, bibliográfica e documental sobre aqueles dados, buscando compor uma análise incipiente sobre esse quadro.

**Palavras-chave:** PME. PNE. Meta 18. valorização do professor. produção acadêmica.

## **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve análise crítica no âmbito da política educacional, considerando o Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei nº 13.005/2014. Seu objeto

de análise com abordagem quali-quantitativa são trabalhos científicos disponíveis nas bases de dados CAPES e SciELO. Para isso, buscou-se aferir em pesquisas científicas voltadas aos planos subnacionais PME/PNE, focados na meta 18, o aspecto de valorização do professor.

O PNE (2014-2024) ainda em vigência é o segundo plano originalmente aprovado por força de lei. À luz do novo PNE (2014-2024), conforme página de site oficial do MEC, identificado pelo título “Construindo políticas de valorização dos profissionais da educação básica” (BRASIL, 2014), a Lei tem vigência de 10 anos a contar da data de publicação de 25 de junho de 2014, sendo a valorização dos profissionais da Educação uma pauta essencial. Neste conjunto, destaca-se a meta 18, segundo a qual se assegurava, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior em todos os sistemas de ensino, indicando, também, o Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN, a Lei 11.738/2008 como referência para a educação básica.

Nesse contexto, Souza (2006) esclarece que “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (SOUZA, 2006, p.26). No **Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação** (BRASIL, 2016), há uma referência à necessidade de um instrumento de auxílio aos municípios para concretização das metas. Mapear dados pode ser mais uma contribuição para este aspecto.

## **Metodologia**

O percurso metodológico realizado na pesquisa foi inicialmente a abordagem quali-quantitativa para o levantamento bibliográfico de

produções no portal da CAPES - catálogo de Teses & Dissertações. Em seguida, foi também realizado um levantamento de artigos no portal virtual SciELO (*Scientific Electronic Library Online*).

Esse levantamento bibliográfico foi realizado durante os meses de maio e junho de 2021. Teve como intento consultar os trabalhos produzidos pelos programas de pós-graduação, delimitando a busca por refinamento dos resultados, assinalados de acordo com os tópicos de investigação: grande área de conhecimento – Ciências Humanas; área de conhecimento – Educação; área de avaliação – Educação; área de concentração – Educação; nome de programa – Educação. Os descritores pesquisados foram: Plano de carreira, Carreira docente, Meta 18 do PNE e Meta 18 do PME.

Acrescente-se que durante o percurso metodológico para análise qualitativa dos resultados da investigação, utilizou-se para reflexão crítica o aporte bibliográfico concernente ao tema, bem como documental na medida em que se tem como objeto de análise a meta 18, do PNE, Lei nº 13.005/2014.

Por fim, o escopo dessa pesquisa partiu de reflexões fundamentadas por autores como: Bernadete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto e Marli Eliza Dalmazo de Afonso André (2011); Celina Souza (2006); Demerval Saviani (1998); Dennis Palumbo (1998); Elisângela Scaff (2019); Jefferson Mainardes (2006); Luiz Fernandes Dourado (2011, 2017).

## **Resultados e Discussões**

Foram consultados trabalhos com os descritores “Meta 18 do PME”, “Meta 18 do PNE”, “Plano de Carreira” e “Carreira docente”, pesquisados separadamente. Destes, consideramos apenas as produções marcadas em seus títulos pelos descritores apontados. Em

seguida, foi feita a leitura dos resumos ou até mesmo leitura da seção de introdução, para confirmar a seleção.

Assim, no portal da CAPES, de um universo de 41.595 (período de 2014 a 2021) foram selecionadas 88 produções que expressam alinhamento com a temática desta pesquisa. Destes, todos os trabalhos cujos temas estivessem restritos aos estudos referentes às esferas estadual, federal ou distrital não foram considerados. Após o refinamento, obtivemos 8 trabalhos acadêmicos. Chegamos, então, a um trabalho que referencia o PME apresentando a meta 18.

Dentre os 8 trabalhos, apenas 1 (PAZ, 2020) aborda o tema pesquisado, ainda que também abordando as metas 15, 16 e 17 do PNE (2014-2024) e tangenciando a temática do PME quanto à valorização docente e a sua articulação com o PNE.

Já sobre os resultados do SciELO, aplicados aos descritores "Meta 18 do PME" e "Meta 18 do PNE", não foi encontrado nenhum artigo que trate de estudos voltados ao PME, ou mesmo que apresente alguma referência à meta 18 do período de 2014 a 2021. Ressaltamos que o período investigado abrange já 7 anos de vigência da Lei do PNE (2014-2024) e dos seus respectivos planos subnacionais, faltando apenas um triênio (2022, 2023 e 2024) para findar sua vigência e verificar os desdobramentos e impactos dos planos em seus respectivos municípios e estados.

## **Conclusões**

Ao findar o levantamento bibliográfico quali-quantitativa percebemos que, os resultados indicam que os planos subnacionais PME, aprovados por lei, não encontram expressividade na produção acadêmica brasileira.

O levantamento com foco no PME, meta 18, reafirma a necessidade deste estudo por considerar de grande relevância integrar e fomentar o monitoramento e a avaliação dessa política para efetiva materialização das metas. Assim, o levantamento bibliográfico evidenciou que tanto a quantidade de produções de teses e dissertações (PAZ, 2020) quanto a ausência quantitativa de trabalhos de produção de artigos mostra-se quase nula em relação à temática do PNE/PME – Meta 18, em âmbito municipal, mesmo sendo uma política educacional decenal cujas ações deveriam ser cumpridas por seus dirigentes políticos e acompanhadas pela sociedade civil organizada. Evidencia-se, portanto, a marca cunhada na política educacional brasileira atual de descontinuidade das políticas públicas. Portanto, torna-se imprescindível a defesa dos planos subnacionais na interface da produção acadêmica do país.

## **Referências**

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://planodecarreira.mec.gov.br/o-pne-e-a-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Cadernos de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação**. Brasília, DF: MEC/SASE, 2016.

DOURADO, L. F. (org.) **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

PALUMBO, D.J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, E. C. B. M de (Org.). **A avaliação e a formulação de políticas em educação: leituras complementares**. Brasília: MEC/UnB, 1998, p. 35-62.

PAZ, Fernanda Ribeiro. **O planejamento de políticas públicas de valorização docente no contexto de elaboração do Plano Municipal de Educação em Vitória da Conquista – BA**. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, 2020.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SCAFF, E. *et alli*. Planejamento educacional em contextos locais: do Plano Nacional aos planos municipais de educação. **Anais ANPED 2019**. Disponível em: [http://39.reuniao.anped.org.br/category/painel – temático/](http://39.reuniao.anped.org.br/category/painel-tematico/). Acesso em: 07 set. 2021.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, jul./dez. 2006, p.20-45.